

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível a modificação dos atuais modelos de produção e desenvolvimento adotados no Brasil. A escassez de recursos, aliada aos impactos causados pela poluição e à crescente desigualdade tanto nos meios urbanos quanto rurais, evidencia que o atual modelo contribui para a degradação.

Contudo, para efetuar as transformações necessárias, é essencial estabelecer políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável, demandando esforços coordenados de atores sociais, econômicos e políticos. Isso envolve esferas governamentais, setor produtivo, organizações da sociedade e até mesmo a participação individual de cada membro da comunidade; em outras palavras, requer mudanças em nível individual.

No âmbito rural, é decisivo reorientar o ensino e a pesquisa em ciências agrárias para adquirir conhecimento essencial ao desenvolvimento de sistemas sustentáveis em diversas regiões ecológicas do país. Esse desafio é ainda maior para a ciência do solo, que deve buscar maior integração com outros campos científicos, destacando as interações entre física, química e biologia do solo.

Programas de ocupação ou uso do solo, com seus respectivos sistemas de manejo, devem necessariamente considerar o homem como parte integrante do ecossistema, enfatizando que seu uso inadequado resultará em perdas econômicas. A gestão do solo e das atividades agropecuárias e florestais deve ser integrada à gestão dos recursos hídricos.

Nas regiões de pecuária que utilizam o sistema extensivo de criação, principal responsável por áreas degradadas no Brasil, é essencial adotar Sistemas Agroflorestais, como o sistema de integração agricultura-pecuária, para promover a recuperação dessas áreas. Esses sistemas priorizam a produção de grãos e carne com qualidade, baseando-se em princípios de sustentabilidade, manejo eficiente de recursos naturais e regulamentação para a substituição de agroquímicos.

A utilização de instrumentos adequados de monitoramento é essencial para garantir a viabilidade econômica e a conservação ambiental, promovendo uma maior equidade social. Portanto, é necessário explorar alternativas que visem o

aumento da produtividade, reduzindo a necessidade de expansão da produção por meio da abertura de novas fronteiras agrícolas.

Os modelos de produção e desenvolvimento devem priorizar as pequenas e médias propriedades do modelo familiar por três razões fundamentais: 1) grande disponibilidade de mão de obra com baixo investimento em capital; 2) menor impacto e externalidade ambiental negativos; e 3) a inadequação do modelo predominante em curso, que não beneficia de maneira equitativa o modelo familiar em relação ao empresarial, além de não garantir a segurança alimentar de maneira justa.

A política agrícola governamental deve corrigir distorções de mercado e crédito rural, reduzindo o financiamento ao capital de giro e incentivando o crédito de investimento com prazos dilatados e juros reduzidos. Essa reorientação visa aprimorar e modernizar o sistema produtivo, gerando maior renda ao produtor rural, sustentabilidade do negócio e favorecendo a permanência do homem no meio rural.

As grandes empresas rurais, sujeitas a proibições e multas, são insuficientes para resolver problemas ambientais devido à vastidão territorial brasileira, número reduzido de funcionários e escassez de recursos. Destaca-se a necessidade de uma gestão descentralizada dos recursos, ressaltando a importância histórica e cultural de cada região. ONGs e movimentos sociais, por meio do treinamento de professores do ensino fundamental, desempenham papel vital na formação de uma visão compartilhada.

A inclusão social se dará espontaneamente, no médio e longo prazo, por meio de ações de educação ambiental. Nesse novo contexto, as políticas públicas relacionadas ao crédito rural precisam ser reestruturadas para os pequenos produtores, tornando-as mais acessíveis. A rede de assistência técnica e extensão devem ser mais bem aparelhada e estrategicamente unificadas para atender às necessidades de produtores rurais e empreendedores, impulsionada pela participação efetiva de centros de pesquisa e ensino. Essas medidas visam solucionar problemas e promover o desenvolvimento sustentável.

A incorporação dos princípios de ESG (Ambiental, Social e Governança) na gestão das atividades agropecuárias desempenha um papel capital na promoção do desenvolvimento sustentável. ESG é um conjunto de critérios que as empresas e organizações consideram para avaliar seu desempenho não apenas financeiro, mas também em aspectos ambientais, sociais e de governança.

Do ponto de vista ambiental (E), há de se considerar a **Sustentabilidade agrícola** (a consideração dos princípios ambientais no setor agropecuário envolve práticas agrícolas sustentáveis, como o manejo adequado do solo, conservação da água, uso eficiente de insumos, redução de emissões de gases de efeito estufa e preservação da biodiversidade); as **Energias renováveis** (a transição para fontes de energia renovável e práticas agrícolas que minimizem a pegada de carbono são aspectos fundamentais na gestão ESG).

No aspecto **Social (S)**, há de se considerar o **Bem-estar animal** (a gestão ESG destaca a importância do tratamento ético dos animais na pecuária, garantindo condições adequadas de vida e minimizando o impacto negativo das práticas agropecuárias na saúde e no bem-estar dos animais); a **Responsabilidade social** (iniciativas que promovem o desenvolvimento das comunidades rurais, como programas de educação, treinamento e acesso a serviços de saúde, são aspectos sociais essenciais na gestão agropecuária sustentável).

No aspecto da Governança (G), há de se considerar a Transparência e prestação de contas (a governança ESG destaca a importância da transparência na divulgação de práticas e desempenho ambiental e social, permitindo que os *stakeholders*¹⁸ avaliem o comprometimento da organização com a sustentabilidade); a Gestão responsável (práticas de gestão responsável, incluindo a conformidade com leis ambientais e trabalhistas, evitam riscos legais e fortalecem a reputação da organização).

¹⁸ São partes interessadas ou grupos que têm um interesse direto ou indireto em uma organização, empresa ou projeto e que podem ser afetados ou afetar suas atividades, decisões e resultados. Eles desempenham papéis significativos no contexto organizacional, e a gestão adequada dos relacionamentos com os *stakeholders* é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de uma entidade.

Podem ser citados como principais benefícios da gestão ESG na agropecuária: **Acesso a financiamentos sustentáveis** (empresas agropecuárias que incorporam práticas ESG podem ter acesso facilitado a financiamentos sustentáveis, uma vez que muitos investidores e instituições financeiras priorizam negócios alinhados com critérios ambientais e sociais); **Resiliência a riscos** (a gestão ESG ajuda a reduzir riscos ambientais e sociais, fortalecendo a resiliência das operações agropecuárias diante de desafios como mudanças climáticas, escassez de recursos e volatilidade do mercado); e a **Vantagem competitiva** (empresas que adotam práticas ESG podem ganhar uma vantagem competitiva ao atrair consumidores conscientes, garantindo relacionamentos positivos com comunidades locais e minimizando impactos ambientais adversos).

Em resumo, a integração dos princípios ESG na gestão agropecuária não apenas contribui para a sustentabilidade ambiental e social, mas também promove a eficiência operacional, a atratividade para investidores e a criação de valor em longo prazo para a organização e a sociedade como um todo.

O livro "Tópicos em Gestão Ambiental Volume I" ressalta a relevância de uma abordagem abrangente aos desafios ambientais e sociais presentes na agricultura e no desenvolvimento rural. Esse enfoque prioriza a sustentabilidade, a preservação dos recursos naturais e a participação ativa de múltiplos intervenientes na busca por soluções inovadoras.

Professor Maurício Novaes Souza

Guarapari, fevereiro de 2024.